



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

NAYARA DE SOUZA WILHELMS

O SURDO ALÉM DA DEFICIÊNCIA

Brasília/DF

2013

NAYARA DE SOUZA WILHELMS

O SURDO ALÉM DA DEFICIÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito principal para obtenção do título de bacharela em Serviço Social.

Orientação: Prof.^a Dra. Daniela Neves de Sousa

Coorientação: Prof.^a. Me. Patricia Tuxi

Brasília/DF

2013

NAYARA DE SOUZA WILHELMS

O SURDO ALÉM DA DEFICIÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado para
obtenção do título de bacharela em Serviço Social
pelo Departamento de Serviço Social da
Universidade de Brasília pela banca examinadora
formada por:

Brasília, _____ de dezembro de 2013.

Prof.^a Dra. Daniela Neves de Sousa
SER/UnB

Prof.^a Me. Patricia Tuxi
LIP/UnB

Prof.^a Dra. Adrianyce de Sousa
SER/UnB

Brasília/DF
2013

Dedico esse trabalho aos Surdos e a todos aqueles que se dedicam às lutas postas por essa categoria.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus que me deu forças para chegar até aqui.

À minha família, que tornou tudo isso possível. Em especial a minha mãe que sempre me apoiou e esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis, ao meu pai que apesar das palavras duras nunca me deixou desistir e quando precisei esteve pronto a me ajudar, aos meus avós que me deram forças para continuar, e ao meu padrasto que me fez acreditar que eu posso tornar qualquer coisa possível.

Agradeço a minha irmã Catarina que me auxiliou em momentos de dificuldade, a minha tia Heloiza pelo apoio diário e a Kenue pela companhia incondicional.

Aos amigos que compreenderam a necessidade de estar ausente em diversos momentos. Agradecimentos especiais às amigas Laila Wanick, Luciana Martins e Samara Matos que sempre estiveram ao meu lado.

Ao amigo e companheiro Mário Henrique que diversas vezes me abraçou e me fez acreditar que tudo ia dar certo, além de ter me auxiliado em vários momentos.

À minha orientadora, Prof.^a Dra. Daniela Neves de Sousa, pela paciência, compreensão, e por todos seus ensinamentos que foram de extrema importância para a realização deste trabalho.

Ao Prof. Interprete. Rubens Almeida, por abrir as primeiras portas para que eu entrasse nesse mundo desconhecido, o mundo Surdo. Ao Prof. Edmarcius Novaes, que mesmo sem saber, cooperou, e muito, para a formulação deste trabalho.

Aos Surdos, que me permitiram conhecer seu mundo e me fizeram ver a necessidade de propor uma nova forma de atuação do Serviço Social frente a esses. Agradeço a um Surdo em especial, que o nome eu desconheço, e com quem tive contato apenas uma vez, mas que foi o principal responsável pelo desencadeamento deste trabalho.

Por fim, um agradecimento mais que especial a minha Coorientadora Prof.^a Me. Patricia Tuxi, pela paciência, pela compreensão, pela cooperação, pela dedicação, pela disposição, pelos ensinamentos, e principalmente por ter me ajudado a tornar esse trabalho possível.

*" Quero entender o que dizem.
Estou enjoada de ser prisioneira desse silêncio
que eles não procuram romper.
Esforço-me o tempo todo, eles não muito.
Os ouvintes não se esforçam.
Queria que se esforçassem."*

(LABOURIT, 1994, p. 39)

RESUMO

O presente trabalho aborda a questão da surdez para além da deficiência, apresentando o Surdo através de uma visão cultural, aproximando o leitor da Cultura Surda e assim desmistificando a surdez como um impedimento social. Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi, buscar em outras áreas do conhecimento bases que permitissem um melhor atendimento aos Surdos através de uma nova perspectiva de entendimento destes. Para isso foi utilizada análise e revisão bibliográfica de livros, documentos, artigos, dentre outros que permitiu perceber a necessidade de repensar a atuação do Serviço Social frente a esses indivíduos, visualizando-os não mais através do olhar clínico, mas enxergando neles sujeitos possuidores de cultura, identidade e língua própria, e que devem ter seus direitos garantidos.

Palavras chave: Surdo, Surdez, Cultura Surda, Identidade Surda, Língua de Sinais.

ABSTRACT

This paper addresses the issue of deafness further than a disability, presenting the Deaf through a cultural vision, bringing the reader closer to the Deaf Culture and thus demystifying deafness as a social impediment. Thus the aim of this work was to search bases in other areas of knowledge that allow a better treatment to the Deaf through a new perspective of understanding. The methodology used for the study was the analysis and literature review of books, documents, articles, among others that allowed realize the need of rethinking the role of social work toward these individuals viewing them no longer through the clinical gaze, but seeing them as subjects possessed of culture, identity and their own language, and that they should have their rights guaranteed.

Key Words: Deaf, Deafness, Deaf Culture, Deaf Identity, Sign Language.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	4
CONTEXTUALIZANDO A SURDEZ	4
1. A História da Educação dos Surdos	4
2. Modelos Educacionais	8
2.1. Oralismo	8
2.2. Comunicação total	9
2.3. Bilinguismo	10
CAPÍTULO II	11
O DEFICIENTE AUDITIVO	11
1. O que/quem é o Deficiente auditivo	11
2. Níveis da surdez	12
3. Classes da surdez	13
4. Quais as causas da surdez	13
CAPITULO III	15
O SURDO COM "S" MAIÚSCULO	15
1. Quem é o sujeito Surdo	17
1.1. A Comunidade Surda	17
1.2. A Cultura Surda	19
1.3. A Identidade Surda	20
1.4. A Língua de Sinais	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29
ANEXO I – "O GRANDE CALVÁRIO DOS SURDOS"	33

ANEXO II – LEI Nº 10.436/2002	34
ANEXO III – DECRETO Nº5.626/2005	35

INTRODUÇÃO

A atuação do Serviço Social junto aos segmentos sociais com características particulares - mulheres, negros, idosos, dentre outros, vem se tornando mais significativa na medida em que os grupos, que estão à margem do sistema, conquistam seu espaço político e de direito junto ao Estado.

Segundo Iamamoto (2009) a cidadania não é simplesmente dada aos indivíduos, e ela não vem de cima para baixo, ao contrario ela é resultado de lutas permanentes travadas geralmente a partir de baixo, é através dessas lutas que a categoria profissional pode estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho foi buscar em outras áreas do conhecimento bases que permitissem ao Serviço Social melhor atendimento a uma população tão pouco percebida, os Surdos, visto que estes não se constituem apenas na deficiência, mas muito além disso, têm a surdez como um diferencial, que os caracteriza como comunidade minoritária, possuidora de cultura, língua, identidade e que precisa ter os direitos assegurados.

Nós falamos muito em garantia de direitos, das mulheres, da criança, do trabalhador, dentre outros, e junto desses outros estão os ditos "deficientes", porém muitas vezes nos esquecemos de que os "deficientes" nada mais são do que parte da diversidade humana como afirma Santos, Diniz e Pereira (2010).

Não podemos simplesmente agrupar todos os "deficientes" em um mesmo universo e pensa-los de uma mesma forma. Existe uma gama enorme de diversidade, e dentro de cada uma delas uma necessidade específica, e é responsabilidade de nós, assistentes sociais, dentre outros profissionais, nos atermos à necessidade de cada um desses grupos, e se necessário, de cada indivíduo.

Pensando nisso, dentro desse enorme grupo que recebe o nome de "deficientes" busquei ater-me a um grupo específico denominado "deficiente auditivo" ou D.A.

Antes de tudo, é necessário explicar que poucas serão as vezes que a terminologia "deficiente auditivo" será usada nesse trabalho, mas serão sim utilizados os termos "surdo" com "s" minúsculo, representando aqueles que possuem alguma restrição da audição e "Surdo" com "S" maiúsculo representando aqueles sujeitos que fazem parte de uma Comunidade Surda, possuem uma Cultura Surda, uma Identidade Surda e se comunicam através da Língua de Sinais, ou "Língua Surda" como gosto de chamar.

Diante da necessidade de diferenciar e identificar o sujeito Surdo esta pesquisa tem como objetivo geral entender a surdez para além da deficiência afim de melhor assistir/atender o Surdo. Tem como objetivos específicos demonstrar que existe um cidadão, além da deficiência auditiva, apresentando a surdez através de uma visão cultural aproximando o leitor da Cultura Surda e assim desmistificando a surdez como um impedimento social.

Para atingir aos objetivos o método selecionado foi o de análise e revisão bibliográfica sobre o tema pesquisado. De acordo com Lakatos e Marconi (1987) a pesquisa bibliográfica é o levantamento, a seleção e a documentação de toda bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisado, seja em livros, em revistas, em jornais, boletins, monografias, teses, dissertações, materiais cartográficos e outros, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o tema.

Cervo e Bervian (1976) afirmam que qualquer tipo de pesquisa em qualquer área do conhecimento, pressupõe e exige pesquisa bibliográfica prévia, seja para o levantamento da situação em questão, seja para a fundamentação teórica ou ainda para justificar os limites e contribuições da própria pesquisa. Desta forma, a pesquisa bibliográfica é considerada um excelente meio de formação, e juntamente com a técnica de resumo de assunto ou revisão de literatura, constitui geralmente o primeiro passo de toda pesquisa científica.

Sendo assim, as fontes de pesquisa foram livros, artigos, teses, revistas, internet dentre outros. No entanto, com a aproximação do tema, tornou-se impossível manter um distanciamento dos sujeitos envolvidos e em diversos momentos tive contato não apenas com os Surdos, mas também com seus familiares, amigos e interpretes entre outras pessoas que fazem parte do meio, o que me permitiu ouvir, ver, perceber, sentir coisas que de certa forma influenciaram na redação final deste trabalho, mesmo que não apareçam de forma explícita.

Dessa forma, o presente trabalho aborda a temática da surdez e da educação dos Surdos, mostrando, através da história da educação destes, a repressão a que tiveram expostos, os direitos que foram violados, a exclusão que fez e faz parte da história e do cotidiano dos Surdos e trazendo uma nova perspectiva de entendimento destes de forma a possibilitar um melhor atendimento e a garantia de direitos, dentro do que eles, Surdos, buscam e necessitam.

Para isso a monografia foi dividida em três capítulos apresentados da seguinte maneira:

No primeiro capítulo será tratado primeiramente da História da Educação dos Surdos, apontando as diversas imposições e restrições a que estes estiveram submetidos pela cultura

majoritária ouvinte. Na segunda parte do capítulo será explicado um pouco de cada uma das três principais filosofias educacionais, o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo, que coexistem até os dias atuais.

No segundo capítulo abordaremos o Surdo de acordo com a Lei, ou seja, o "deficiente auditivo" (incapacitado, subjulgado e reprimido)

No terceiro capítulo apresento enfim o Surdo com "S" maiúsculo, aquele que possui um povo, uma comunidade, uma cultura uma identidade e uma língua própria, cada um destes abordados e explicados separadamente em subitens.

CAPÍTULO I

*“O que importa a surdez da orelha, quando a mente ouve?
A verdadeira surdez, a incurável surdez, é a da mente”.*
Ferdinand Berthier, *Surdo francês*, 1845

CONTEXTUALIZANDO A SURDEZ

1. A História da Educação dos Surdos

Com base na História e em autores como Silva(2006), Skliar (1997), Tuxi (2009) e Lacerda (1998), é possível perceber que durante séculos os surdos foram segregados e mantidos à margem da sociedade. Para ilustrar, disponibilizo a imagem "O Grande Calvário dos Surdos" (Anexo I), que foi criada por Surdos para explicar a sua própria História.

Partindo da imagem citada e de leituras, é perceptível que na Antiguidade, por exemplo, os surdos chegavam a ser sacrificados, pois assim como as outras deficiências, a surdez era considerada como um castigo divino, o que justificava sua eliminação. Gregos e romanos sequer consideravam os surdos como seres humanos, pois para estes a fala era resultado do pensamento e quem não pensa não é humano. (HONORA e FRIZANCO 2009)

Na Idade Média a Igreja pregava que o homem foi criado à "imagem e semelhança de Deus", e aqueles que não se encaixavam nesse padrão eram postos à margem da sociedade, não sendo considerados humanos, corroborando assim para a discriminação das pessoas com deficiência.

Porém isso gerava um incomodo à Igreja com relação aos surdos, pois como era comum o casamento de nobres dentro da mesma família, gerava-se grande número de surdos. Como a Igreja não podia prescindir dos que detinham poder econômico, preocupou-se em instruir os surdos nobres de forma que esses pudessem participar dos ritos, dizer os sacramentos e manter suas almas imortais, além de poderem continuar ajudando a "Santa Madre Igreja". Foi então que ocorreu a primeira tentativa de educa-los, através de uma linguagem gestual criada pelos monges que haviam feito Voto de Silêncio de modo que esses não ficassem incomunicáveis. Os monges foram convidados a tornarem-se preceptores dos surdos. (HONORA e FRIZANCO 2009)

No século XVI o médico italiano Girolamo Cardano (1501-1576) defendeu que a surdez não impedia o surdo de receber informações. Segundo Soares (1999), Cardano realizou

uma pesquisa para avaliar o grau de aprendizagem dos surdos e chegou á conclusão de que a surdez não trazia prejuízos à inteligência, e que os surdos podiam ser educados através da leitura, e da escrita.

Porém, de acordo com Honora e Frizanco (2009) foi o monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1520 - 1584) o primeiro professor de surdos que foi historicamente registrado, ele foi responsável pela instrução de diversos surdos, dentre eles dois irmãos surdos de um conde. Foi dado a ele o mérito de provar que os surdos eram capazes, pois seus alunos foram pessoas importantes que dominavam diversas ciências.

Em 1620 Juan Pablo Bonet publica o livro *Reducción de las letras y artes para enseñar a hablar a los mudos*, onde, por acreditar na possibilidade de aprendizado dos surdos, apresenta um alfabeto manual. Bonet é considerado o precursor do oralismo pois em sua metodologia trabalhava primeiramente a leitura, em seguida a escrita e o alfabeto digital, finalizando com a fala. (TUXI, 2009).

Com o lançamento dos livros *Chirologia* (1644) e *Philocopus* (1648) John Bulwer afirma que "o surdo pode expressar os mesmos conceitos que a língua processada pelo canal oral/auditivo por meio da língua de sinais" (TUXI 2009, p.5)

Na segunda metade do século XVIII, o abade L'Epée (1712-1789) passa a efetuar trabalhos com os surdos que viviam nas ruas de Paris. Inicialmente o intuito era apenas catequizador, mas foi a partir desse trabalho que em 1760 tornou-se possível a fundação da Primeira Escola Pública para Surdos de Paris, fato determinante para o processo de construção e expansão da organização política, social e educacional dos surdos nos continentes europeu e americano. (SILVA 2006)

Com relação ao método utilizado por L'Epée, Goés (1996) afirma que recebe o nome de "signos metódicos", este foi criado a partir de gestos dos alunos e elementos da língua oral, pois L'Epée percebeu que os gestos cumpriam a mesma função da língua falada.

Na Escola Pública para Surdos em Paris, após cinco ou seis anos de formação, os surdos dominavam a língua de sinais francesa, o francês escrito, o latim e uma outra língua estrangeira também de forma escrita. Além da leitura e da escrita em três línguas distintas, os alunos surdos tinham acesso aos conhecimentos de geografia, astronomia, álgebra, etc., bem como artes de ofício e atividades físicas. (SILVA, 2006, p.23-24).

Além de ser um de seus grandes defensores, L'Epée é considerado por muitos o "Pai da Língua de Sinais". É importante ressaltar que ele não foi o criador desta, a língua de sinais já era utilizada pelos surdos desde a antiguidade.

Concomitantemente, na Alemanha, Samuel Heinicke, importante pedagogo e professor de surdos, com base na educação da fala, propôs uma filosofia que futuramente ficaria conhecida como filosofia oral. De acordo com Sánchez o método utilizado por Heinicke não era conhecido por ninguém além de seu filho. (Sánchez 1990 apud LACERDA, 1998).

No final do século XVIII surge uma controvérsia, que dura até os dias atuais, essa se dá entre L'Epée e Heinicke, ou seja entre a língua de sinais e o oralismo. Heinicke afirma que o método oralista é o melhor caminho educacional para o surdo se desenvolver enquanto L'Epée defende a educação baseada na língua de sinais.

No século XVIII que as metodologias oralistas e gestualistas se dividem e tomam caminhos definitivamente diferentes. Em 1822 foi lançado o livro *Mimographic* de Auguste Bébien, que acreditava que a língua de sinais deveria ser usada em sala de aula, e os professores deveriam ser surdos. "Houve um aumento nas escolas e os professores surdos passaram a trabalhar com a língua de sinais"(TUXI 2009 p 6). Por outro lado a visão médica também começa a tomar força com a afirmação de Jean Marc Gaspard Itard, que diz que somente pela fala e pela restauração da audição o surdo poderia ser educado. (TUXI 2009).

Nos Estados Unidos a primeira escola pública para surdos foi fundada por Thomas Hopkins Gallaudet e pelo surdo Laurent Clerc em 1817 e recebeu o nome de "*The Connecticut Asylum for the Education and Instruction of the Deaf and Dumb*". Diversos surdos de todo o país migraram para a escola.

Em 1864 o filho de Gallaudet, chamado Edward, fundou a "*Gallaudet University*" e em 1984 o "*National Deaf-Mute College*" recebe o nome de "*Gallaudet College*" em homenagem a Thomas Gallaudet. (GESSER 2009 e TUXI 2009).

Como explica Silva (2006), foi no período de 6 a 11 de setembro de 1880 que, com o objetivo de discutir a educação de surdos, analisar as vantagens e os inconvenientes do internato, o período necessário para educação formal, o número de alunos por salas e, principalmente, como os surdos deveriam ser ensinados, por meio da linguagem oral ou gestual, ocorreu Congresso Internacional dos Surdos-Mudos de Milão, mais conhecido como Congresso de Milão. "O congresso foi preparado por uma maioria oralista com o firme propósito de dar força de lei às suas proposições no que dizia respeito à surdez e à educação de surdos" (LACERDA, 1998, s/n).

Nesse congresso, o mais importante defensor do oralismo, Graham Bell, que era influente e poderoso no meio social, aproveita seu prestígio para defender sua filosofia. No

congresso estiveram presentes cento e oitenta e duas pessoas provenientes de diversos países, dentre as quais, cento e sessenta e quatro eram ouvintes. No momento da deliberação, e por ampla maioria, o Congresso declarou que o método oral, deveria ser preferido em relação ao gestual, pois "as palavras eram, para os ouvintes, indubitavelmente superiores aos gestos." (SILVA 2006).

Desde então o oralismo tomou conta de toda a Europa e de diversos outros países, porém, de acordo com Tuxi (2009) no fim dos anos 1970, um grupo de pais, insatisfeitos com a metodologia oralista propõem a adoção da língua de sinais. Daí surge um novo método conhecido como comunicação total ou bimodalismo, que juntamente ao uso da fala e de aparelhos de amplificação sonora, utiliza-se de gestos naturais, língua de sinais, alfabeto digital e expressões faciais para transmitir a linguagem.

Esse método logo foi questionado, pois além de não surtirem muitos efeitos no sucesso acadêmico dos surdos, como eram usadas duas línguas de uma mesma forma, os estudiosos perguntavam-se qual realmente estava sendo ensinada.

De acordo com Guarinello (2007), foi por volta dos anos 1980 que os surdos passaram a reivindicar uma língua própria, que representava seus pensamento e seus princípios. Desejavam o reconhecimento da língua de sinais como primeira língua e a língua majoritária oral como segunda, surgindo assim o bilinguismo.

No Brasil, segundo Honora e Frizanco (2009), a educação dos surdos teve início no Segundo Império com a chegada do educador francês Hernest Huet, que fundou em 26 de setembro de 1857 o Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos - INES.

Inicialmente o Instituto utilizava a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, que teve uma forte influência da Língua Francesa de Sinais. Porém, em 1911, assim como nos demais países, passou a adotar o oralismo como havia sido convencionado no Congresso de Milão. Na década de 1970, com a chegada de Ivete Vasconcelos, educadora de surdos da Universidade Gallaudet, passa a ser utilizada a comunicação total. Na década de 1980, a partir das pesquisas da professora linguista Lucinda Ferreira Brito sobre a Língua Brasileira de Sinais e da professora Eulália Fernandes sobre educação de surdos o bilinguismo passa a ser difundido (HONORA e FRIZANCO, 2009).

Outras instituições fizeram parte da história da educação dos surdos no Brasil, como, por exemplo, o Instituto Santa Teresinha, fundado em Campinas no ano de 1929 e transferido para São Paulo em 1933, a Escola Municipal de Educação Especial Helen Keller fundada em

1951 e o Instituto Educacional São Paulo - IESP, fundado em 1954 e doado para a PUC/SP em 1969, hoje referência em pesquisas na área da Surdez de acordo com Honora e Frizanco. (2009).

Em 2002 a Língua de Sinais passa a ser reconhecida pela Lei nº 10.436/2002 e regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005. A Língua de Sinais passa a ser a língua natural dos Surdos e a língua portuguesa a segunda língua. O bilinguismo passa a ser adotado pela maioria das escolas e assim o surdo aprende a Língua Brasileira de Sinais e com base nessa a modalidade escrita do português.

2. Modelos Educacionais

A história apresenta diversos modelos educacionais que fizeram e fazem parte da educação e formação profissional do surdo dentre os quais os três principais serão apresentados abaixo.

2.1. Oralismo

Ao longo dos séculos a filosofia oralista tem como propósito fazer o surdo falar, pois apenas através da fala e da "reabilitação" da audição ele seria "integrado" a sociedade, mesmo que para o surdo isso não passasse de imitação de sons, muitas vezes sem sentido. (FALCÃO, 2007). Nesse método a língua de sinais é vista como um impedimento para o desenvolvimento da fala.

Para os oralistas, a linguagem falada é prioritária como forma de comunicação dos surdos e a aprendizagem da linguagem oral é preconizada como indispensável para o desenvolvimento integral das crianças. De forma geral, sinais e alfabeto digitais são proibidos, embora alguns aceitem o uso de gestos naturais, e recomenda-se que a recepção da linguagem seja feita pela via auditiva (devidamente treinada) e pela leitura orofacial. (TRENCHÉ 1995 apud LACERDA 1998).

Falcão (2007) explica que para o surdo a língua oral é artificial, pois o aprendizado dessa não se dá naturalmente, são sim necessários treinos, esses duram em média 10 anos para que alguns resultados sejam observados na aquisição da Língua Portuguesa oral, o surdo necessita forçar sua percepção visual para a leitura labial e/ou fazer o uso de aparelho protético ou implante coclear.

A filosofia oralista não considera os aspectos cognitivos que são determinados pela linguagem e pela cultura e se prende somente ao canal que deve ser utilizado para a transmissão de conteúdos. (GOLDFELD, 1997 apud FALCÃO, 2007, p144).

Segundo o autor, "o maior pecado da filosofia oralista foi o de proibir a gestualização." Essa proibição chegava ao ponto de amarrar as mãos ou fazer com que os surdos sentassem em cima das mesmas para que não pudessem sinalizar.

Segundo Skliar (1997), o oralismo é considerado pelos estudiosos uma imposição social de uma maioria linguística sobre uma minoria linguística.

Embora o pilar de sustentação mais forte do oralismo seja a integração do surdo à comunidade ouvinte, essa integração não é alcançada pela maioria dos surdos, alias, diversas vezes ocorre o inverso, o que reflete em suas interações sociais, no desenvolvimento de sua linguagem, e cognição, levando ao silenciamento do surdo pelo ouvinte por não ser compreendido. (DIZEU e CAPORALI, 2005).

Góes (1999) critica o método oralista traçando alguns pontos negativos como a acentuação da desigualdade entre surdos e ouvintes, a dificuldade no desenvolvimento cognitivo e linguístico e a redução das possibilidades de trocas sociais pelo impedimento de comunicação gesto visual.

2.2. Comunicação total

Devido ao descontentamento com o oralismo e as diversas pesquisas que vinham surgindo relacionadas às línguas de sinais, surgiram também novas propostas educacionais para os surdos, dentre elas a comunicação total que ganhou força nos anos 1970 como já mencionado anteriormente.

Segundo Falcão (2007) a comunicação total defende a utilização de qualquer recurso linguístico, podendo ser utilizada a Língua de Sinais, a língua oral, e ate mesmo códigos manuais, e gestos que proporcionem e facilitem a comunicação e a interação social do surdo.

Para Ciccone (1990) faz parte da comunicação total qualquer recurso que auxilie na estimulação auditiva, na adaptação de aparelhos de ampliação sonora individual, na leitura labial, na oralização na leitura ou na escrita. Para ela, seja pela linguagem oral, seja pela linguagem de sinais, seja pela datilologia, seja pela combinação desses modos ou de outros, o importante é permitir a comunicação. Ainda de acordo com ela, essa filosofia tem total liberdade para adotar qualquer estratégia que permita o resgate de comunicações total ou parcialmente bloqueadas.

Para Moura (1993) o objetivo principal da comunicação total é o desenvolvimento emocional, social e cognitivo do surdo.

Uma das críticas a comunicação total é que:

A falta de padronização da comunicação inviabiliza a comunicação mais complexa, portanto não serve como instrumento do pensamento e de internalização de uma cultura. (GOLDFELD, 1997 apud FALCÃO, 2007 p 145).

2.3. Bilinguismo

O bilinguismo possibilita ao surdo adquirir/aprender a língua que faz parte da comunidade surda. O trabalho bilíngue educacional respeita as particularidades da criança surda, estabelecendo suas capacidades como meio para essa criança realizar seu aprendizado. Esta proposta também oferece o acesso à língua oral e aos conhecimentos sistematizados, priorizando que a educação deve ser construída a partir de uma primeira língua, a de sinais, para em seguida ocorrer a aquisição da segunda língua, o português (oral e/ou escrito). (DIZEU e CAPORALI, 2005)

Assim, a concepção bilíngue linguística e cultural luta para que o Sujeito Surdo tenha o direito de adquirir/aprender a LIBRAS e que esta o auxilie, não só na aquisição da segunda língua (majoritária), mas que permita sua real integração na sociedade, pois ao adquirir uma língua estruturada o Surdo pode criar concepções e oportunidades, participando ativamente do convívio em seu meio. (DIZEU e CAPORALI, 2005)

Dentro dessa proposta, Lacerda & Mantelatto (2000) afirmam que o bilinguismo visa à exposição da criança surda à língua de sinais o mais precocemente possível, pois esta aquisição propiciará ao surdo um desenvolvimento rico e pleno de linguagem e, conseqüentemente, um desenvolvimento integral.

CAPÍTULO II

Deficiência não é apenas um conceito biomédico ou a corporificação de uma classificação de disfuncionalidade: é principalmente a expressão de uma relação complexa entre corpo e sociedade, em que estigmas, exclusão e opressão operam. (SANTOS, DINIZ E PEREIRA 2010 p 168-169).

O DEFICIENTE AUDITIVO

Neste capítulo o intuito foi apresentar as classificações e aspectos clínicos que definem o sujeito surdo na área de saúde. Estas definições apresentam apenas a “doença”, ou seja, a “deficiência” do surdo. Em momento algum isto deve ser negado, e o assistente social precisa ter conhecimento desses aspectos, porém não deve apenas reconhecer que estes conceitos, siglas tipos e classificações que o constituem. O Surdo vai além de um olhar clínico, ele se constitui como ser, língua, cultura e identidade.

Contrária a nossa perspectiva, nas políticas de saúde, o termo utilizado é deficiente auditivo, como já foi explicado o trabalho não tem essa visão, mas abaixo os termos utilizados são quase na sua totalidade com base na visão médica.

1. O que/quem é o Deficiente auditivo

O Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 em seu Art.3º entende por deficiência:

Toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

No Art. 4º inciso II, que trata sobre a deficiência auditiva, essa é entendida por:

Perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

- a) de 25 a 40 decibéis (db) – surdez leve;
- b) de 41 a 55 db – surdez moderada;
- c) de 56 a 70 db – surdez acentuada;
- d) de 71 a 90 db – surdez severa;

e) acima de 91 db – surdez profunda; e

f) anacusia;

Esse último foi alterado pelo Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 onde, no Art. 5º parágrafo 1º inciso I alinea b, considera a deficiência auditiva como:

Perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

2. Níveis da surdez

Como foi apresentada, a surdez é dividida em níveis. Para uma melhor compreensão será explicado, nesse tópico, cada nível da surdez, com base em Novaes (2010) e Brasil (1997).

Surdez leve: perda auditiva entre vinte e cinco e quarenta decibéis. É possível perceber os sons da fala, adquirir e desenvolver linguagem oral. Esta geralmente é diagnosticada tardiamente. Não é necessário o uso de aparelho auditivo.

Surdez moderada: perda auditiva entre quarenta e um e cinquenta e cinco decibéis. Nem todos os sons são nítidos. Falas baixas ou distantes não são percebidas, fica difícil a compreensão da fala em ambientes com ruídos. As pessoas que a possuem costumam ser consideradas desatentas.

Surdez acentuada: perda auditiva entre cinquenta e seis e setenta decibéis. Aqui a pessoa já possui dificuldades para compreender uma conversação normal. Em geral ela identifica as palavras mais significativas.

Surdez severa: perda auditiva entre setenta e noventa decibéis. Apenas ruídos e vozes fortes são percebidos, o sujeito tem muita dificuldade em adquirir fala e linguagem.

Surdez profunda: perda auditiva superior a noventa e um decibéis. Apenas sons intensos são percebidos como, por exemplo, a turbina de um avião.

3. Classes da surdez

Além de níveis, a surdez também pode ser classificada como:

- Unilateral: quando se dá em apenas um ouvido
- Bilateral: quando ambos os ouvidos são afetados
- Congênita: quando sua causa vem de antes do nascimento
- Adquirida: quando se perde a audição durante ou após o parto.

Essa última ainda pode ser dividida em dois subtipos, sendo eles:

- Pré-lingual: adquirida antes da aquisição da linguagem
- Pós lingual: adquirida no decorrer da vida, após a aquisição da linguagem

4. Quais as causas da surdez

Já se sabe que para que uma criança nasça surda não é necessário que hajam precedentes na família. Falha genéticas, doenças, acidentes dentre outros podem levar a surdez. As causas da surdez podem ser divididas em pré-natais, peri-natais e pós-natais explicadas abaixo.

Causas pré-natais

Essas são adquiridas no período de gestação e podem se dar devido a desordens genéticas; consanguinidade; ao fator Rh; a doenças infectocontagiosas como rubéola, sífilis, citomegalovírus, toxoplasmosse e herpes; remédios ototóxicos; drogas e alcoolismo materno; desnutrição, subnutrição e carências alimentares; pressão alta; diabetes; exposição a radiação dentre outras

Causas peri-natais

Adquiridas devido a problemas durante o parto como pré-maturidade; pós maturidade; anóxia (falta de oxigenação); uso de fórceps; infecção hospitalar dentre outras.

Causas pós-natais

Aqui a surdez é adquirida após o nascimento por problemas como meningite; sífilis adquirida; sarampo; caxumba; remédios ototóxicos em excesso ou sem recomendação médica; exposição contínua a ruídos ou sons muito altos; traumatismo craniano dentre outras.

Todas as definições acima apresentadas tem como base o documento expedido pelo Ministério da Educação – MEC, que tem como título Deficiência Auditiva, organizado por Giuseppe Rinaldi et al do ano de 1997. Apesar de ser um documento já antigo ainda não surgiu uma nova organização quanto à deficiência auditiva. Acredita-se que a partir de 2015 com a nova catalogação que irá incluir os implantados, mudanças ocorrerão.

Como dito anteriormente, a visão clínica existe e é necessário que o Assistente Social tenha conhecimento e domínio desta, no entanto, o Surdo não pode ser resumido à deficiência auditiva, muito além disso, o Surdo deve ser entendido como um sujeito, possuidor de cultura, identidade, língua e que deve ter seus direitos garantidos dentro da sua especificidade, para isso, torna-se necessário conhecer e entender esse sujeito. Dessa forma, o sujeito Surdo será apresentado no próximo capítulo.

CAPITULO III

"É por meio da cultura que um povo se constitui, integra e identifica as pessoas e lhe dá o carimbo de pertencimento, de identidade. Neste caso, a existência de uma cultura surda ajuda a construir as identidades das pessoas surdas dentro da sociedade."
(STROBEL, 2008)

O SURDO COM "S" MAIÚSCULO

A partir de leituras, reflexões, e com base em Strobel (2008) é possível perceber que os surdos sempre foram vistos como pessoas defeituosas, seres inferiores, deficientes, incapazes, doentes que necessitam de tratamento clínico, pois a eles faltavam algo que era essencial para a sociedade, a linguagem oral e auditiva. Eles precisavam se adequar e caminhar para a "normalidade" e para isto precisavam se oralizar, como é possível perceber no depoimento de Júnior retirado do livro de Strobel:

Eu não devo aceitar, eu sou 'normal'. Isso é o que todos pensam. Ninguém é normal em detrimento do outro que é deficiente, quem disse que o padrão é o que estamos vivendo hoje? Nos primórdios da Humanidade todos falavam por gestos e urro, depois se desenvolveu a fala até os dias de hoje. Quem sabe o amanhã? E se todos os seres humanos começarem (por uma falha genética da raça) a perder sua audição por milhares de anos e enfim todos forem surdos e nascer um ou outro ouvinte. Então o deficiente seria o ouvinte. (STROBEL, 2008, p.32).

Com a evolução da medicina, os surdos, como já foi explicado no capítulo dois, passaram a ser categorizados, divididos e nomeados pelo seu grau de surdez, (surdez leve, moderada, acentuada, severa e profunda) sendo sempre vistos como "doentes" ou "deficientes".

Diversos autores apontam dificuldades em utilizar uma terminologia correta para identificar o Sujeito Surdo. Na tese *"Surdos: vestígios culturais não registrados na história"* Karin Strobel (2008), cita o autor Sassaki (2008) que apresenta um questionamento sobre como nomear o surdo, seria: surdo; pessoa surda; deficiente auditivo; pessoa com deficiência auditiva; portadora de deficiência auditiva; pessoa portadora de deficiência auditiva; portador de surdez ou pessoa portadora de surdez?

Para complementar, Padden e Humphries (2000), explicam que o povo surdo americano optou por "Deaf".

‘Deaf’ com letra maiúscula representa a comunidade usuária da ‘ASL’ e uma cultura diferente, porém as pessoas que apenas têm "problemas de audição", como idosos ou ouvintes que subitamente perdem a capacidade de ouvir, não são ‘Deaf’, mas sim ‘deaf’. O uso da palavra ‘deaf’ com letra minúscula trata das pessoas que não ouvem, seja qual for a sua identidade cultural. (PADDEN e HUMPHRIES apud STROBEL, 2008, p 34).

De acordo com Quadros (2004), o termo "Deficiente Auditivo", geralmente utilizado na área da saúde, onde o surdo é classificado em graus de surdez ou perda sensorial de audição, é rejeitado pelo Povo Surdo pois identifica o sujeito através de suas incapacidades, ou seja, não poder ouvir, e não pela presença de uma língua e uma cultura diferente. Como a fala e a audição desempenham papel de destaque para a comunidade ouvinte, a falta destas cria o estereótipo de "deficiente", e isso incapacita o Sujeito Surdo além de desrespeitar sua língua de sinais e sua cultura.

Strobel (2008) afirma que o termo Surdo é utilizado pelos sujeitos que convivem ou pertencem às comunidades surdas, pois este engloba uma diferença cultural. O grau de perda auditiva pouco importa, o que é realmente importante, e que evidencia o pertencimento ao grupo é o uso da língua de sinais.

De acordo com o que foi exposto Solé (1998) faz a seguinte proposição:

Quando um surdo, diante da comunidade ouvinte, questiona-se: Se não sou igual a eles, o que sou? Respondem-lhe, se não fazem parte da comunidade surda: “deficiente auditivo”, diferenciando-o dos que fazem parte de uma comunidade e usam a língua de sinais, os surdos. (SOLÉ , 1998 apud DIZEU e CAPORALI, 2005 p. 595).

Para Skliar (1997), considerado um dos maiores militantes para a comunidade surda, dois pontos distintos devem ser utilizados quando o assunto é a surdez;

Primeiro a concepção clínico-patológica que percebe a surdez como uma deficiência que deve ser curada através de treinamentos de fala e audição, adaptação precoce de aparelhos de amplificação sonora individuais, intervenções cirúrgicas como o implante coclear dentre outras. Para essa o melhor encaminhamento é o trabalho fonoaudiológico e a escola comum, com o objetivo de “integrar” a pessoa surda no mundo dos ouvintes através da “normatização” da fala (oralização).

Segundo, a concepção sócio-antropológica, que percebe a surdez como uma diferença que deve ser respeitada e não uma deficiência a ser curada. Esse respeito significa

entender e aceitar a pessoa Surda como parte de uma comunidade minoritária com direito à língua e cultura própria.

Atualmente a terminologia mais aceita é "Surdo" com "S" maiúsculo, que identifica um grupo com características linguísticas, cognitivas, e culturais, específicas, sendo consideradas como diferenças. "Trata-se de respeito pela expressão cultural surda com suas subjetividades, identidades, políticas, histórias, línguas, pedagogia e outros" (STROBEL, 2008).

1. Quem é o sujeito Surdo

Neste trabalho, e a partir das leituras feitas, o Sujeito Surdo é um cidadão que, segundo Perlin (2013), Strobel (2008), Sá(2006), Quadros (2004), Skliar (1997), Novaes (2010) dentre outros, se constitui num indivíduo que pertence a uma comunidade surda, possui uma cultura surda, uma identidade surda e todos baseados em sua língua natural que é a língua de sinais.

Para uma melhor compreensão dos aspectos que constituem esse sujeito, abaixo é apresentado cada um dos itens.

1.1. A Comunidade Surda

Para falarmos sobre comunidade surda é preciso primeiramente entender a diferença entre comunidade surda e povo surdo

No dicionário Houaiss é possível encontrar as seguintes definições:

Comunidade: conjunto de indivíduos organizados num todo ou que manifestam, geralmente de maneira consciente, alguns traços de união [...] População que vive em um dado lugar ou região, geralmente ligadas por interesses comuns [...] Conjunto de indivíduos com determinada característica comum, inserido em grupo ou sociedade maior que não partilha suas características fundamentais [...] conjunto de indivíduos que utilizam o mesmo idioma [...] agrupamento de pessoas que, num período específico de tempo, usam a mesma língua ou o mesmo dialeto. (HOUAISS, 2001).

Povo: conjunto de pessoas que falam a mesma língua, têm costumes e interesses semelhantes, história e tradições comuns. [...] conjunto de pessoas que vivem em comunidade num determinado território; nação, sociedade [...] Conjunto de pessoas que não habitam o mesmo país, mas estão ligadas por uma origem, sua religião ou qualquer outro laço. (HOUAISS, 2001).

A partir do exposto acima, é perceptível a importância da língua e da cultura na constituição dos conceitos de povo e comunidade.

Na obra *as Imagens do Outro Sobre a Cultura Surda*, Strobel (2008) cita a definição feita pelos autores Padden e Humphries sobre comunidade surda:

Grupo de pessoas que vivem num determinado local, partilham os objetivos comuns dos seus membros, e que por diversos meios trabalham no sentido de alcançar esses objetivos. Uma comunidade surda pode incluir pessoas que não são elas próprias Surdas, mas que apóiam ativamente os objetivos da comunidade e trabalham em conjunto com as pessoas Surdas para os alcançar. (PADDEN e HUMPHRIES apud STROBEL, 2008, p 30).

Sendo assim entende-se que a comunidade surda não é composta apenas por sujeitos Surdos, mas também por ouvintes que compartilhem dos mesmos interesses como, por exemplo, os membros da família, os amigos, professores, interpretes dentre outros.

Com relação a povo surdo Strobel afirma que:

Quando pronunciamos "povo surdo" estamos nos referindo aos sujeitos surdos que não habitam no mesmo local, mas que estão ligados por uma origem, por um código ético de formação visual, independente do grau de evolução lingüística, tais como a língua de sinais, a cultura surda e quaisquer outros laços. (2008, p 31).

Assim sendo, o povo surdo é composto por sujeitos Surdos que possuem costumes, histórias e tradições em comum, que não necessariamente habitam o mesmo local, mas estão ligados pelo artefato cultural visual independente do nível lingüístico, e quando estes estão em comunhão e compartilham metas e objetivos, então encontram-se em uma comunidade surda.

Para uma melhor compreensão, Strobel (2008) marca a diferença entre comunidade e cultura surda, em sua obra ela afirma que:

Uma cultura é um conjunto de comportamentos apreendidos de um grupo de pessoas que possuem sua própria língua, valores, regras de comportamento e tradições; uma comunidade é um sistema social geral, no qual um grupo de pessoas vivem juntas, compartilham metas comuns e partilham certas responsabilidades umas com as outras. (PADDEN e HUMPHRIES apud STROBEL, 2008, p 31).

1.2. A Cultura Surda

Para entender a cultura surda é necessário conhecer os estudos culturais, que são a base teórica dos estudos sobre cultura (STROBEL, 2008)

Os Estudos Culturais tem origem na Universidade de Birmingham, Inglaterra, em 1964 quando se dá a fundação do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos. Este foi criado, por um pequeno grupo de pesquisadores interessados em discutir "cultura" (STROBEL, 2008)

Diversas foram as áreas que influenciaram os Estudos Culturais, como a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia, a História, a Política dentre outras

Atualmente, os Estudos Culturais já estão espalhados pelo mundo e atraem muitos olhares.

nesse campo de Estudos Culturais, a cultura é uma ferramenta de transformação, de percepção a forma de ver diferente, não mais de homogeneidade, mas de vida social constitutiva de jeitos de ser, de fazer, de compreender e de explicar. Essa nova marca cultural transporta para uma sensação a cultura grupal, ou seja, como ela diferencia os grupos, no que faz emergir a diferença. (STROBEL, 2008 p 18).

No entanto, falar sobre cultura surda, além de complicado, torna-se bastante ousado quando diversos são os conceitos de cultura. De acordo com Ricou e Nunes (2005) são mais de 250 definições que carregam conceitos que variam de autor para autor.

Strobel (2008) afirma que existem várias formas de se pensar a cultura, como por exemplo, a partir da ideia unitária de cultura, onde todos devem se identificar com uma cultura única em um determinado espaço, onde a padronização e a normalização são impostas pelas ideologias dominantes, e os diferentes precisam ser moldados para se tornarem iguais. A cultura também pode ser pensada de forma plural admitindo-se a multiplicidade de manifestações e grupos culturais, podendo existir culturas de diferentes nações e períodos, assim como diferentes culturas dentro de uma mesma nação.

Então "Partindo do suposto que cultura é a herança que o grupo social transmite a seus membros através de aprendizagem e de convivência, percebe-se que cada geração e sujeito também contribuem para ampliá-la e modificá-la" (STROBEL 2008 p 17). De acordo com Hall (1997), "nas teorias do campo dos Estudos Culturais, a cultura que temos determina uma forma de ver, de interpelar, de ser, de explicar e de compreender o mundo." (HALL 1997 apud STROBEL 2008 p 17).

Nas palavras de Strobel:

A cultura não vem pronta, daí porque ela sempre se modifica e se atualiza, expressando claramente que não surge com o homem sozinho e sim das produções coletivas que decorrem do desenvolvimento cultural experimentado por suas gerações passadas. (STROBEL, 2008 p.19).

A autora, como já foi dito anteriormente, explica que os povos surdos não vivem isolados e incomunicáveis, apenas possuem um modo diferente de agir, um conjunto de normas, valores, crenças e comportamentos, para ela isso é a Cultura Surda, e essa é transmitida pelos Sujeitos Surdos de gerações passadas ou por líderes Surdos dentro dos espaços de convivência.

Cultura Surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de se torná-lo acessível e habitável ajustando-os com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das "almas" das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as idéias, as crenças, os costumes e os hábitos de povo surdo. (STROBEL, 2008, p 24).

É importante ressaltar que a Cultura Surda não é única, pois nem todos os Surdos do mundo compartilham da mesma cultura, assim como existe a Cultura Surda Brasileira também existe a Cultura Surda Americana, a Cultura Surda Britânica, a Cultura Surda Sueca dentre outras, cada uma com línguas diferentes, experiências diferentes, porém todas unidas pelo mesmo modelo linguístico, o modelo visual.

1.3. A Identidade Surda

A identidade surda surge naturalmente da convivência dos Surdos nas comunidades surdas através da transmissão coletiva de comportamentos pelo povo surdo. (STROBEL, 2008)

Quando é negado ao sujeito Surdo o contato com outros Surdos, e a este é permitido apenas o convívio com a comunidade majoritária ouvinte, sua surdez tende a ser ocultada e/ou depreciada. Cada dificuldade encontrada por este para igualar-se aos ouvintes tenderá a agravar o estigma da deficiência. Para que isso não ocorra é importante que o Surdo esteja integrado a sua comunidade surda, relacionando-se com seus pares, de forma a constituir sua identidade surda, entendendo-se como uma pessoa normal, com potencialidades e limitações,

com uma língua diferente, uma cultura diferente, mas não deficiente, apenas Surda. (DIZEU e CAPORALI 2005)

Souza (1998) explica que a partir do momento em que os surdos passaram a se reunir em escolas e associações, tiveram a possibilidade de refletir diversos discursos sobre eles próprios através de sua língua e assim conquistaram espaços favoráveis para o desenvolvimento ideológico da própria identidade.

Para que o Surdo reconheça sua identidade é necessário que este esteja em contato com sua comunidade surda. Esta, que pode ser entendida como o lugar onde um grupo de surdos se reúne para divulgar sua cultura, trocar ideias e experiências além de usar a língua de sinais, exerce papel fundamental na construção da identidade surda, pois é na comunidade surda que ocorrem as identificações com os pares e a aceitação da diferença, não como uma deficiência, mas como uma cultura rica possuidora de valores e língua própria. É através das relações sociais, das interações que o Surdo passa a se significar, criar representações de si próprio e do meio.

É importante lembrar, como afirma Gesser (2009) e Skliar (2013), que assim como na cultura, que não é única, não se pode pensar em apenas uma identidade surda, isso seria negar a diversidade e o multiculturalismo que diferenciam os Surdos entre si, como o Surdo negro, a Surda mulher, o Surdo índio, o Surdo oralizado, o Surdo sinalizado, os Surdos de lares ouvintes, os Surdos de lares Surdos dentre outros.

Falando um pouco sobre essa multiplicidade de identidades surdas, Perlin (2008 e 2013) cita algumas "categorias" de identidades surdas¹ para mostrar essa heterogeneidade, sendo elas:

- **Identidades Surdas Flutuantes:** São aqueles que desprezam a cultura surda, se identificam com a cultura ouvinte, buscam a oralidade e utilizam a tecnologia da reabilitação.
- **Identidades Surdas Intermediárias ou Incompletas:** Que apresentam surdez leve à moderada, valorizam o uso do aparelho auditivo e não aceitam interpretes. Procuram tecnologias para treino de fala, identificam-se com os ouvintes e não participam das comunidades surdas.
- **Identidades Surdas Embaçadas:** Não tem conhecimento da cultura surda, devido a isso não utilizam a língua de sinais, além disso, não compreendem

¹ Atualmente, essa categorização de identidades surdas é aceita apenas pelos Estudos Culturais.

bem a língua oral. Muitos são "aprisionados" pela família e tornam-se extremamente dependentes.

- **Identidades Surdas de Transição:** Aqueles que vivenciam a passagem do mundo ouvinte para o mundo Surdo. Esses foram mantidos afastados da cultura surda e do convívio com outros Surdos, porém quando entram em contato com a comunidade surda passam por uma "desouvintização". É um momento de transição da comunicação visual/oral para a visual/sinalizada.
- **Identidades Surdas Híbridas:** Aqueles que nasceram ouvintes, mas por alguma razão, seja acidente doença ou outra, perderam a audição. Utilizam tanto a língua oral quanto a língua de sinais, porém sua identidade vai ao encontro das identidades surdas.
- **Identidades Surdas de Diáspora:** aqueles que vivem a passagem de um mundo surdo para outro, ou seja, aqueles que mudam de País ou de estado, e precisam se adaptar a uma nova comunidade surda.
- **Identidades Surdas ou Políticas:** geralmente filhos de pais Surdos, possuem identidade surda plena, se aceitam e reconhecem como Surdos, lutam pelos direitos surdos e recriam a cultura visual.

Como diversos autores afirmam, quando a sociedade ouvinte marginaliza o Surdo, não aceita sua cultura, sua identidade, sua língua, cria sobre ele um estigma de deficiente, que impede seu desenvolvimento pleno. Porém se este for envolvido na comunidade surda e tiver sua língua e sua cultura respeitadas então terá consciência do significado de sua cultura e a percepção e aceitação de si próprio como Sujeito Surdo.

Infelizmente, na maioria das vezes, o Surdo só é visto pela sua incapacidade, sendo depreciada sua diversidade cultural, identitária e linguística, e é nessa última que se consolidam todas as outras, conforme será explicado no tópico a seguir.

1.4. A Língua de Sinais

A língua de sinais é a língua natural dos surdos, pois a criança surda aprende esta de forma espontânea, sem precisar de treinos, no entanto ela "ainda é considerada por muitos profissionais apenas como gestos simbólicos."(DIZEU e CAPORALI 2005 p 584). Porém, como já diz o nome, a língua de sinais não é uma linguagem, um dialeto, pantomima, gestos,

um código simplificado, mímica, transposição de letras do alfabeto dentre outras nomenclaturas ou ideias erroneamente aplicadas, é sim uma língua complexa, possuidora de gramática própria, que utiliza um canal comunicativo diferente, o canal visual-gestual, como afirmam diversos autores.

É necessário entender que a língua de sinais não é universal, assim como nas comunidades de línguas orais, nas comunidades de línguas de sinais cada país possui a sua própria língua de sinais, e assim como nas línguas orais, nas línguas de sinais também existem regionalismos, ou seja, mesmo em um mesmo país, de um grupo para outro, existem variações na língua de sinais. No Brasil, por exemplo, é impossível dizer que todos os brasileiros falam o mesmo português, da mesma forma, não se pode dizer que os surdos brasileiros usam a mesma Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. O fato é que, como afirma Gesser (2009), onde houverem Surdos interagindo haverá língua de sinais, pois, apesar de as línguas de sinais não serem universais, a necessidade da comunicação é, e para os Surdos, essa se dá naturalmente através da sinalização.

Além disso, ao contrário do que muitos pensam a língua de sinais não é uma adaptação da língua oral. "A língua de sinais tem estrutura própria, é autônoma, ou seja, independente de qualquer língua oral em sua concepção linguística." (GESSER, 2009, p, 33). No entanto, do ponto de vista sociolinguístico, pelo fato de a comunidade surda estar inserida e cercada pela comunidade ouvinte, e em contato direto com as línguas orais, é natural que existam empréstimos linguísticos, o que não significa que as línguas de sinais tenham suas origens nas línguas orais. Para exemplificar, temos na língua oral o termo *delet*, com origem no inglês, que foi incorporado pelo português com o verbo no infinitivo *deletar*. Na LIBRAS um exemplo seria o advérbio "nunca", que é soletrado "n-c-a" ou "n-u-n". Mais uma vez, é importante ressaltar que a língua de sinais não é o alfabeto manual, este é apenas uma representação das letras do alfabeto. Para ilustrar isso, Gesser propõe de forma lúdica que:

Imaginemos, por exemplo, quanto tempo levaria um surdo para falar uma sentença ou, [...] ter uma conversa filosófica! se utilizasse apenas o *soletramento manual*? Travar uma conversa dentro deste esquadre S-o-l-e-t-r-a-d-o s-e-r-i-a c-a-n-s-a-t-i-v-o e m-o-n-o-t-o-n-o-(-u-f-a-!) (2009, p,29).

Dessa forma, além de a LIBRAS não ser o soletramento manual das palavras, ela também não é português sinalizado e, apesar de existirem semelhanças, a gramática é diferenciada e não possui origem no português oral.

A oficialização da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS deu-se em 24 de abril de 2002 com a Lei nº 10.436/2002 (Anexo II) popularmente conhecida como a "Lei de Libras". Esta reconheceu a LIBRAS como meio legal de comunicação dos surdos e garantiu que a mesma fizesse parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais dos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia e Magistério. Nesta, a Língua Brasileira de Sinais é apresentada como:

A forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL 2002).

Em 22 de dezembro de 2005 o Decreto nº 5.626 (Anexo III) regulamentou a Lei nº 10.436/2002 determinando a inclusão da LIBRAS como disciplina curricular, regulamentando a formação do professor e do instrutor de LIBRAS, promovendo a realização do Exame Nacional de Certificação de Proficiência em LIBRAS e o Exame Nacional de Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da LIBRAS /Língua Portuguesa, recebendo o nome de PROLIBRAS, trata do uso e da difusão da LIBRAS e da língua Portuguesa e garante o acesso dos surdos e dos deficientes auditivos á educação. Em ambos os documentos é reforçado que a LIBRAS não substitui o português escrito.

Para Strobel (2008 p 141) "é evidente na história dos surdos que a língua de sinais ocupa o primordial papel na construção das identidades, valores culturais e representações dos Sujeitos Surdos", sendo assim, a língua de sinais representa um papel expressivo na vida do Sujeito Surdo, por possibilitar a esse o desenvolvimento pleno, pois através da língua de sinais a criança Surda tem a oportunidade de ter acesso à aquisição de linguagem e de conhecimento de mundo e de si mesma.

Sacks ressalta que

(...) um ser humano não é desprovido de mente ou mentalmente deficiente sem uma língua, porém está gravemente restrito no alcance de seus pensamentos, confinado, de fato, a um mundo imediato, pequeno. (SACKS. 1998, p 52)

A língua de sinais é adquirida de forma fácil e rápida pelo Surdo, propiciando para ele a oportunidade de se comunicar, pensar e expressar sentimentos, no entanto se ela lhe é negada e esse não possui êxito no aprendizado da língua oral, possivelmente se tornará uma pessoa sem perspectiva de vida, dependente da família e com possibilidades mínimas de elaboração de pensamentos. (DIZEU e CAPORALI, 2005)

Góes (1999) afirma que a língua de sinais é necessária para que haja condições mais propícias à expansão das relações interpessoais, de forma a constituir o funcionamento cognitivo e afetivo, promovendo a constituição da subjetividade.

Dessa forma, a criança Surda tem a necessidade de uma língua que possibilite a ela a integração ao seu meio, onde ela consiga entender o que se passa ao seu redor e seja capaz de significar suas experiências, e não ficar "decorando" um número restrito de palavras que para ela não terão significado, e assim restringir sua potencialidade para que se enquadre em uma suposta "normalidade" da linguagem oral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os meus anos de estudo na graduação, a percepção da importância do trabalho realizado pelo profissional do Serviço Social junto aos diversos segmentos sociais subalternizados só aumentou. Entender que a atuação dessa área é uma forte ferramenta para auxiliar nas promoções de políticas públicas foi um motivo de declarar sempre, com orgulho, que eu cursava Serviço Social.

Contudo apesar de toda essa significação no final do curso, após ter contato com indivíduos Surdos, senti que algo mais precisava ser entendido, aprendido e porque não dizer assimilado sobre a atuação do assistente social junto aos deficientes, em especial em relação aos Surdos. E foi com esse objetivo que este trabalho buscou conhecimentos das mais diversas áreas para melhor desenvolver o atendimento a um grupo com tantas especificidades como os Surdos.

Sendo assim, é possível afirmar que depois de toda a trajetória traçada, de todos os temas abordados e de tudo que vivi durante a elaboração do trabalho, acredito que esse tenha trazido diversas contribuições que devem ser repensadas pelo Serviço Social, dentre as quais a maior contribuição seja a possibilidade de conhecer e lançar um novo olhar sobre o Sujeito Surdo. Não um o olhar clínico, que tanto aparece nas legislações e políticas sociais, e sim um olhar que perceba o Surdo como um sujeito que deve ter seus direitos garantidos.

Após analisar o contexto do Surdo é importante que o Serviço Social mude sua atuação perante esses sujeitos, pois, o papel real do Assistente Social não é reconhecido por eles. A partir das vivências que tive junto aos Surdos pude perceber que para eles o Assistente Social é aquele que consegue aparelhos auditivos, e que tira o filho dos Surdos (em casos de “perigo” ou mesmo especulações acerca da capacidade do Surdo em ser responsável por um incapaz). Até mesmo o sinal dado ao Serviço Social pelos Surdos representa apoio, ajuda, e não o que realmente somos, atores sociais que trabalham com a garantia de direitos.

Com relação ao atendimento em si é preciso questionar que obstáculos enfrentaremos e como resolvê-los. Pode-se citar como exemplo o atendimento a um cego, o profissional pode fazer perguntas ler questionários para que este responda, haverá uma comunicação e esse sujeito receberá de forma adequada orientações relativas a seus direitos. Para quem tem dificuldade de locomoção, o atendimento pode ser realizado em uma sala de fácil acesso, sendo ela no térreo ou próximo de um elevador. Mas e para o Surdo? Como se daria esse atendimento? Através da oralização? Então vale lembrar que quando o Surdo faz leitura labial

ele compreende no máximo 30% do que é dito, além disso, como afirma Gesser (2009) oralizar é sinônimo de negar a língua dos Surdos, é sinônimo de correção, de imposição de treinos exaustivos, repetitivos e mecânicos da fala. Outra opção seria talvez entregar um questionário cheio de perguntas para o Surdo de forma que esse respondesse? Seria possível, se este sujeito possuísse o domínio e a fluência da língua portuguesa, que pela lei é a sua segunda língua, e obtivesse êxito neste tipo de comunicação, porém, para os que não conhecem a realidade da comunidade surda é preciso lembrar que o português escrito pelo Surdo é diferente do português que nós ouvintes conhecemos e automaticamente escrevemos. Como consequência o atendimento seria improdutivo.

Por isso, acredito que a única alternativa real e que realmente traria bons resultados seria através do uso da LIBRAS, o que nos leva a pensar que a disciplina de língua de sinais deveria ser uma matéria obrigatória, mesmo que apenas o nível básico, na graduação em Serviço Social, pois nunca se sabe quando haverá a necessidade de atender um Surdo, pois esse pode aparecer em qualquer campo de atendimento do Serviço Social.

Além da disciplina LIBRAS é importante ressaltar a possibilidade de estágios e extensões ligados à área. Por meio desses espaços de aprendizagem, seria possível ter acesso e conhecer a temática, as lutas, as problemáticas postas pelo segmento, pois é a partir disso que um aluno escolhe que rumo irá seguir em sua atuação profissional, e mesmo que não atue nessa área é importante ter esses conhecimentos, assim como temos o conhecimento de diversos outros grupos e lutas no decorrer do curso de formação.

Além da graduação acredito que os assistentes sociais, que atuam na área da saúde, deveriam ter uma formação continuada, relacionada aos temas discutidos pelos próprios Surdos de forma a garantir uma maior qualidade no atendimento juntamente com a garantia de direitos. Deve ser destacada a importância de o próprio assistente social poder informar ao Surdo da existência de Associações, grupos, comunidades surdas, que muitos Surdos desconhecem, e mesmo que o profissional não tenha o domínio da LIBRAS é importante que esteja sensibilizado e esclarecido sobre os seus direitos e garantias propostas pelo Estado e sociedade.

Do meu ponto de vista e de acordo com Santos, Diniz e Pereira (2010), a surdez nada mais é um impedimento social, assim como as demais "deficiências",

Não se pode mais explicar a exclusão social do "deficiente" com base em seu corpo, como afirmam Santos, Diniz e Pereira (2010), recursos existem, então por que em vez de escadas não utilizamos rampas e elevadores, pensando em quem tem dificuldade de

locomoção? Por que não existe uma versão em braile de cada livro publicado? Ou por que não vem publicado com tinta em alto relevo ou com a escrita em braile junto com a própria impressão? Porque as calçadas não são táteis? Elas não poderiam já ser confeccionadas assim? Por que os pisos táteis não estão por todas as partes? Por que os filmes brasileiros não possuem legenda? Os Surdos não podem assisti-los? Por que não existe um interprete em cada palestra, em cada exposição, em cada biblioteca, em cada escola, em cada shopping em cada teatro? O Surdo não tem o direito de participar de tudo isso? E indo mais longe, se a LIBRAS foi reconhecida como a segunda língua oficial de nosso país, ela tem, por obrigação, de ser ensinada nas escolas, tanto quanto, ou talvez até mais do que as línguas estrangeiras, isso sim seria uma questão de inclusão e de aceitação do diferente.

Foram essas considerações finais que ficaram depois de todo o trabalho desenvolvido, mas o mais importante e significativo foi a possibilidade de por meio deste, ter me tornado uma assistente social melhor e de ter a certeza de que há ainda um longo caminho a ser trilhado para garantir as políticas e direitos dessa comunidade que ainda está tão a margem da nossa sociedade e nós os não-surdos ainda desconhecemos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. **“Fazendo perguntas, encontrando respostas”**. In: A arte da Pesquisa. 2º Ed. Martins Fontes. São Paulo. 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Deficiência Auditiva / RINALDI, Giuseppe (org) et al. - Brasília : SEESP, 1997.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº. 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília : Fernando Haddad, 2005

_____. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: José Dirceu de Oliveira e Silva, 2004

_____. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Brasília: Jose Carlos Dias, 1999

_____. **Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília : Paulo Renato Souza, 2002.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 1976.

CICCONE, M. M. C. **Comunicação total: uma filosofia educacional**. In CICCONE. Maria Marta Costa (Org). Comunicação total: introdução, estratégia a pessoa surda. Rio de Janeiro: Editora Cultura Médica, 1990

DINIZ, Débora. **Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa**. Letras Livres. Brasília. 2012.

DIZEU, Liliane C.T. de Brito. CAPORALI, Sueli Aparecida. **A Língua de Sinais constituindo o surdo como sujeito**. Campinas, 2005
Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a14v2691.pdf>>

FALCÃO, Luiz Alberico Barbosa. **Aprendendo a LIBRAS e reconhecendo as diferenças: um olhar reflexivo sobre a inclusão: estabelecendo novos diálogos**. - Recife : 2ª ed. Revisada e ampliada. Ed. Do Autor, 2007.

FERNANDES, Eulália. **Linguagem e surdez** - Porto Alegre : Artmed, 2003

FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa**. Penso. Porto Alegre. 2013.

GARCIA, Eduardo de Campos. **O que todo pedagogo precisa saber sobre Libras** - Salto, SP : Schoba, 2012.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda** - São Paulo : Parábola Editorial, 2009.

GÓES, M.C.R. **Linguagem, surdez e educação**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

GUARINELLO, A C. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. São Paulo : Plexus, 2007

HONORA. Márcia. FRIZANCO, Mary. L.E. **Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desenvolvendo a comunicação usada pelas pessoas com surdez**. São Paulo : Ciranda Cultural, 2009.

HOUAISS, Antônio. VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. - Rio de Janeiro: Objetiva 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. - Brasília : CEFESS / ABEPS, 2009

LABOURIT, E. **O vôo da gaivota**. São Paulo: Best Seller, 1994

LACERDA, Cristina B. F. de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação do surdos**. 1998

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000300007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>

LACERDA, C.B.F.; MANTELATTO, S.A.C. **As diferentes concepções de linguagem na prática fonoaudiológica junto a sujeitos surdos**. In: LACERDA, C.B.F.; NAKAMURA, H.; LIMA, M.C. (Org.). Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngüe. São Paulo: Plexus, 2000.

LAKATOS, Eva Marina; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação** - Belo Horizonte : Autêntica, 2007

MINAYO, S, C, Maria.; GOMES, R, D, F, Suely. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Ed. Vozes. Rio de Janeiro. 2007.

MIRANDA, Viviane Marques. **Surdez e identidade: existe uma cultura surda?** São Paulo, 2010 Trabalho de Conclusão de Curso – FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas.

MOURA, M.C. **A língua de sinais na educação da criança surda**. In: Moura, M.C. et al; Língua de sinais e educação do surdo. São Paulo: Tec Art, 1993.

NOVAES, Edmarcius Carvalho. **Surdos : Educação, direito e cidadania** - Rio de Janeiro : Wak Ed., 2010.

PERLIN, Gladis; MIRANDA, Wilson. **Surdos: o Narrar e a Política**. In: Estudos Surdos - Ponto de Vista: Revista de Educação e Processos Inclusivos n. 5, UFSC/NUP/CED, Florianópolis, 2003. Disponível em:
<http://www.perspectiva.ufsc.br/pontodevista_05/12_tendencia.pdf>

PERLIN, Gladis. STUMPF, Marianne. (Orgs). **Um olhar sobre nós Surdos: Leituras contemporâneas** - 1ª. ed. - Curitiba, PR : CRV, 2012

QUADROS, Ronice Müller de. KARNOPP, Lodenir Becker **Lingua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos** - Porto Alegre : Artmed, 2004.

RICOU, Miguel. NUNES, Rui. **Comunidade Surda: Que futuro?** Texto de Conferência dos Drs Miguel Ricou e Rui Nunes do Departamento de Bioética e Ética Médica da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto no Seminário organizado pela ASPorto em 5 de Maio de 2001. Disponível em: < <http://www.asurdosporto.org.pt/artigo.asp?idartigo=98>> acesso em: novembro de 2013

ROY, Lise. **Pessoas portadoras de deficiência**. In. Capacitação em serviço social e política social, modulo 3 - Brasília : UnB, Centro de Educação Continuada a Distância, 2000.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, poder e educação de surdos** - São Paulo : Paulinas, 2006.

SACKS, Oliver W. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos** - São Paulo : Companhia das Letras, 1998

SAMÍERE, H, Roberto.; COLLADO, F, Carlos.; LUCIO, B, Pilar. **Metodologia de Pesquisa**. MC Grall Hill. Rio de Janeiro. 2013.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem: Aspectos e implicações neurolingüísticas** - São Paulo : Plexus, 2007.

SANTOS, Wederson. DINIZ, Debora. PEREIRA, Natália. **Deficiência e perícia média: os contornos do corpo**. In. DINIZ, Debora MEDEIROS, Marcelo. BARBOSA, Livia. (Orgs) **Deficiência e igualdade**. - Brasília: Letras Livres : Editora Universidade de Brasília, 2010.

SILVA. Wilmar. **Educação de Surdos: uma releitura da primeira Escola Pública para Surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880**. In QUADROS, Ronice Müller de. (Org.). Estudos Surdos I - Petrópolis - RJ : Arara Azul, 2006

SKLIAR. Carlos B. **A ducação para os surdos: entre a pedagogia especial e as políticas para as diferenças**. Anais do Seminário: Desafio e Possibilidades na Educação Bilíngue para surdos, 21 a 23 de julho. Rio de Janeiro : Ed. Lítera Marciel - 1997

_____. (Org.). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. - 6. Ed. - Porto Alegre : Mediação, 2013.

SOARES, M. A. L. **A educação do surdo no Brasil**. Campinas, SP : Autores Associados ; EDUSF, 1999

SOUZA, R.G. **Que palavra que te falta? Lingüística e educação: considerações epistemológicas a partir da surdez**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

STRNADOVÁ, Vera. **Como é ser Surdo** - Petrópolis / RJ : BABEL editora, [1995?]

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre cultura surda** - Florianópolis : Ed. Da UFSC, 2008.

_____. **Surdos: Vestígios Culturais não Registrados na História**. Florianópolis, 2008. Tese de Doutorado em Educação – UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.feneismg.org.br/doc/Tesis_Strobel_2008.pdf>

TUXI, Patricia. **A Atuação do Interpretador educacional no Ensino Fundamental**. Brasília, 2009. Tese de Mestrado em Educação - UnB - Universidade de Brasília. Disponível em < http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4397/1/2009_PatriciaTuxi.pdf >

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde**. - 5. Ed. - São Paulo : Cortez, 2007

VASCONCELOS, Maria Ivete Correa de. **Deficiência auditiva**. - Brasília : Departamento de Documentação e Divulgação, 1978

WILCOX, Sherman; WILCOX, Phyllis Perrin. **Aprender a ver**. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2005. Disponível em: <<http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/livro2.pdf>>

ANEXO I – "O GRANDE CALVÁRIO DOS SURDOS"



ANEXO II – LEI nº 10.436/2002



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº. 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002.

Regulamento

Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO
Paulo Renato Souza

HENRIQUE

CARDOSO

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 25.4.2002.

ANEXO III – DECRETO nº5.626/2005



Presidência da República **Casa Civil** **Subchefia para Assuntos Jurídicos**

DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.

Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e no art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta a [Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002](#), e o [art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000](#).

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

CAPÍTULO II

DA INCLUSÃO DA LIBRAS COMO DISCIPLINA CURRICULAR

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

CAPÍTULO III

DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LIBRAS E DO INSTRUTOR DE LIBRAS

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

Parágrafo único. As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no **caput**.

Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngüe.

§ 1º Admite-se como formação mínima de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a formação ofertada em nível médio na modalidade normal, que viabilizar a formação bilíngüe, referida no **caput**.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no **caput**.

Art. 6º A formação de instrutor de Libras, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional;

II - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições credenciadas por secretarias de educação.

§ 1º A formação do instrutor de Libras pode ser realizada também por organizações da sociedade civil representativa da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por pelo menos uma das instituições referidas nos incisos II e III.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no **caput**.

Art. 7º Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja docente com título de pós-graduação ou de graduação em Libras para o ensino dessa disciplina em cursos de educação superior, ela poderá ser ministrada por profissionais que apresentem pelo menos um dos seguintes perfis:

I - professor de Libras, usuário dessa língua com curso de pós-graduação ou com formação superior e certificado de proficiência em Libras, obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação;

II - instrutor de Libras, usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação;

III - professor ouvinte bilíngüe: Libras - Língua Portuguesa, com pós-graduação ou formação superior e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação.

§ 1º Nos casos previstos nos incisos I e II, as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras.

§ 2º A partir de um ano da publicação deste Decreto, os sistemas e as instituições de ensino da educação básica e as de educação superior devem incluir o professor de Libras em seu quadro do magistério.

Art. 8º O exame de proficiência em Libras, referido no art. 7º, deve avaliar a fluência no uso, o conhecimento e a competência para o ensino dessa língua.

§ 1º O exame de proficiência em Libras deve ser promovido, anualmente, pelo Ministério da Educação e instituições de educação superior por ele credenciadas para essa finalidade.

§ 2º A certificação de proficiência em Libras habilitará o instrutor ou o professor para a função docente.

§ 3º O exame de proficiência em Libras deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento em Libras, constituída por docentes surdos e lingüistas de instituições de educação superior.

Art. 9º A partir da publicação deste Decreto, as instituições de ensino médio que oferecem cursos de formação para o magistério na modalidade normal e as instituições de educação superior que oferecem cursos de Fonoaudiologia ou de formação de professores devem incluir Libras como disciplina curricular, nos seguintes prazos e percentuais mínimos:

I - até três anos, em vinte por cento dos cursos da instituição;

II - até cinco anos, em sessenta por cento dos cursos da instituição;

III - até sete anos, em oitenta por cento dos cursos da instituição; e

IV - dez anos, em cem por cento dos cursos da instituição.

Parágrafo único. O processo de inclusão da Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas.

Art. 10. As instituições de educação superior devem incluir a Libras como objeto de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de formação de professores para a educação básica, nos cursos de Fonoaudiologia e nos cursos de Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Art. 11. O Ministério da Educação promoverá, a partir da publicação deste Decreto, programas específicos para a criação de cursos de graduação:

I - para formação de professores surdos e ouvintes, para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, que viabilize a educação bilíngüe: Libras - Língua Portuguesa como segunda língua;

II - de licenciatura em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa, como segunda língua para surdos;

III - de formação em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Art. 12. As instituições de educação superior, principalmente as que ofertam cursos de Educação Especial, Pedagogia e Letras, devem viabilizar cursos de pós-graduação para a formação de professores para o ensino de Libras e sua interpretação, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 13. O ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas, deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, de nível médio e superior, bem como nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O tema sobre a modalidade escrita da língua portuguesa para surdos deve ser incluído como conteúdo nos cursos de Fonoaudiologia.

CAPÍTULO IV

DO USO E DA DIFUSÃO DA LIBRAS E DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA O

ACESSO DAS PESSOAS SURDAS À EDUCAÇÃO

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

§ 1º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no **caput**, as instituições federais de ensino devem:

I - promover cursos de formação de professores para:

- a) o ensino e uso da Libras;
- b) a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e
- c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas;

II - ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;

III - prover as escolas com:

- a) professor de Libras ou instrutor de Libras;
- b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa;
- c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e
- d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade lingüística manifestada pelos alunos surdos;

IV - garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, desde a educação infantil, nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao da escolarização;

V - apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos;

VI - adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade lingüística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;

VII - desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos;

VIII - disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva.

§ 2º O professor da educação básica, bilíngüe, aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, pode exercer a função de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, cuja função é distinta da função de professor docente.

§ 3º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar atendimento educacional especializado aos alunos surdos ou com deficiência auditiva.

Art. 15. Para complementar o currículo da base nacional comum, o ensino de Libras e o ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos, devem ser ministrados em uma perspectiva dialógica, funcional e instrumental, como:

I - atividades ou complementação curricular específica na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; e

II - áreas de conhecimento, como disciplinas curriculares, nos anos finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior.

Art. 16. A modalidade oral da Língua Portuguesa, na educação básica, deve ser ofertada aos alunos surdos ou com deficiência auditiva, preferencialmente em turno distinto ao da escolarização, por meio de ações integradas entre as áreas da saúde e da educação, resguardado o direito de opção da família ou do próprio aluno por essa modalidade.

Parágrafo único. A definição de espaço para o desenvolvimento da modalidade oral da Língua Portuguesa e a definição dos profissionais de Fonoaudiologia para atuação com alunos da educação básica são de competência dos órgãos que possuam estas atribuições nas unidades federadas.

CAPÍTULO V

DA FORMAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS - LÍNGUA PORTUGUESA

Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.

Art. 18. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

Art. 19. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja pessoas com a titulação exigida para o exercício da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, as instituições federais de ensino devem incluir, em seus quadros, profissionais com o seguinte perfil:

I - profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior;

II - profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental;

III - profissional surdo, com competência para realizar a interpretação de línguas de sinais de outros países para a Libras, para atuação em cursos e eventos.

Parágrafo único. As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Art. 20. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, o Ministério da Educação ou instituições de ensino superior por ele credenciadas para essa finalidade promoverão, anualmente, exame nacional de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, lingüistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior.

Art. 21. A partir de um ano da publicação deste Decreto, as instituições federais de ensino da educação básica e da educação superior devem incluir, em seus quadros, em todos os níveis, etapas e modalidades, o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos.

§ 1º O profissional a que se refere o **caput** atuará:

I - nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino;

II - nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas; e

III - no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino.

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

CAPÍTULO VI

DA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS SURDAS OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngüe aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

§ 2º Os alunos têm o direito à escolarização em um turno diferenciado ao do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de equipamentos e tecnologias de informação.

§ 3º As mudanças decorrentes da implementação dos incisos I e II implicam a formalização, pelos pais e pelos próprios alunos, de sua opção ou preferência pela educação sem o uso de Libras.

§ 4º O disposto no § 2º deste artigo deve ser garantido também para os alunos não usuários da Libras.

Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

§ 1º Deve ser proporcionado aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade lingüística do aluno surdo.

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Art. 24. A programação visual dos cursos de nível médio e superior, preferencialmente os de formação de professores, na modalidade de educação a distância, deve dispor de sistemas de acesso à informação como janela com tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa e subtitulação por meio do sistema de legenda oculta, de modo a reproduzir as mensagens veiculadas às pessoas surdas, conforme prevê o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

CAPÍTULO VII

DA GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE DAS PESSOAS SURDAS OU

COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Art. 25. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Sistema Único de Saúde - SUS e as empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, na perspectiva da inclusão plena das pessoas surdas ou com deficiência auditiva em todas as esferas da vida social, devem garantir, prioritariamente aos alunos matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas, efetivando:

I - ações de prevenção e desenvolvimento de programas de saúde auditiva;

II - tratamento clínico e atendimento especializado, respeitando as especificidades de cada caso;

III - realização de diagnóstico, atendimento precoce e do encaminhamento para a área de educação;

IV - seleção, adaptação e fornecimento de prótese auditiva ou aparelho de amplificação sonora, quando indicado;

V - acompanhamento médico e fonoaudiológico e terapia fonoaudiológica;

VI - atendimento em reabilitação por equipe multiprofissional;

VII - atendimento fonoaudiológico às crianças, adolescentes e jovens matriculados na educação básica, por meio de ações integradas com a área da educação, de acordo com as necessidades terapêuticas do aluno;

VIII - orientações à família sobre as implicações da surdez e sobre a importância para a criança com perda auditiva ter, desde seu nascimento, acesso à Libras e à Língua Portuguesa;

IX - atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, por profissionais capacitados para o uso de Libras ou para sua tradução e interpretação; e

X - apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso de Libras e sua tradução e interpretação.

§ 1º O disposto neste artigo deve ser garantido também para os alunos surdos ou com deficiência auditiva não usuários da Libras.

§ 2º O Poder Público, os órgãos da administração pública estadual, municipal, do Distrito Federal e as empresas privadas que detêm autorização, concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde buscarão implementar as medidas referidas no art. 3º da Lei nº 10.436, de 2002,

como meio de assegurar, prioritariamente, aos alunos surdos ou com deficiência auditiva matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas.

CAPÍTULO VIII

DO PAPEL DO PODER PÚBLICO E DAS EMPRESAS QUE DETÊM CONCESSÃO OU PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, NO APOIO AO USO E DIFUSÃO DA LIBRAS

Art. 26. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Poder Público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta devem garantir às pessoas surdas o tratamento diferenciado, por meio do uso e difusão de Libras e da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, realizados por servidores e empregados capacitados para essa função, bem como o acesso às tecnologias de informação, conforme prevê o [Decreto nº 5.296, de 2004](#).

§ 1º As instituições de que trata o **caput** devem dispor de, pelo menos, cinco por cento de servidores, funcionários e empregados capacitados para o uso e interpretação da Libras.

§ 2º O Poder Público, os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, e as empresas privadas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o tratamento diferenciado, previsto no **caput**.

Art. 27. No âmbito da administração pública federal, direta e indireta, bem como das empresas que detêm concessão e permissão de serviços públicos federais, os serviços prestados por servidores e empregados capacitados para utilizar a Libras e realizar a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa estão sujeitos a padrões de controle de atendimento e a avaliação da satisfação do usuário dos serviços públicos, sob a coordenação da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em conformidade com o [Decreto nº 3.507, de 13 de junho de 2000](#).

Parágrafo único. Caberá à administração pública no âmbito estadual, municipal e do Distrito Federal disciplinar, em regulamento próprio, os padrões de controle do atendimento e avaliação da satisfação do usuário dos serviços públicos, referido no **caput**.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. Os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, devem incluir em seus orçamentos anuais e plurianuais dotações destinadas a viabilizar ações previstas neste Decreto, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 29. O Distrito Federal, os Estados e os Municípios, no âmbito de suas competências, definirão os instrumentos para a efetiva implantação e o controle do uso e difusão de Libras e de sua tradução e interpretação, referidos nos dispositivos deste Decreto.

Art. 30. Os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, direta e indireta, viabilizarão as ações previstas neste Decreto com dotações específicas em seus orçamentos anuais e plurianuais, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de

professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 31. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de dezembro de 2005; 184^o da Independência e 117^o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 23.12.2005